

CONSELHO NACIONAL DO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL CONFERÊNCIA COMEMORATIVA DE 20 ANOS DE ACTIVIDADE



**“Políticas Públicas de Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável em Portugal: Balanço e Perspectivas”**

Viriato Soromenho-Marques
(UL e CNADS)

FCG, 27 de Abril 2018

Características da crise global do ambiente

- Dimensão planetária (atmosfera)
- Irreversibilidade (biodiversidade)
- Aceleração acumulativa (clima, contaminação cadeia alimentar)
- Descontrolo crescente (segurança ambiental)
- Entre a entropia e a complexidade.
- Natureza ontológica e estrutural (injustiça entre gerações).

Paulo VI e a ameaça existencial da crise ecológica

“ (...) em 1971, o Beato Papa Paulo VI referiu-se à problemática ecológica, apresentando-a como uma crise que é « consequência dramática » da actividade descontrolada do ser humano: « **Por motivo de uma exploração inconsiderada da natureza, [o ser humano] começa a correr o risco de a destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação** (...) “Papa Francisco, *Laudato si*, §4.

Um longo caminho de consciência do perigo crescente

1. **José Bonifácio de Andrada e Silva (1815)**
2. Alexander von Humboldt (1845).
3. Ernst Haeckel (1866).
4. Políticas de conservação da Natureza: final do século XIX.
5. Aldo Leopold (1948).
6. Rachel Carson (1962). **New Environmentalism**
7. **Mário Ruivo, pioneiro internacional na diplomacia dos Oceanos.**
8. Nações Unidas; o trabalho de **Maria de Lourdes Pintasilgo**: Cuidar o Futuro. Relatório da Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida (1998).

O início da Política Pública de Ambiente...

Em 27 de Abril de 1971, José Correia da Cunha, então deputado na Ala Liberal da Assembleia Nacional, surpreendeu a Câmara com um Aviso Prévio em que traçava uma premonitória projecção das tendências do (des) ordenamento do território entre 1971 e o ano 2000.

...com a criação da CNA em 1971

O discípulo e colega de Orlando Ribeiro, antecipava a migração interna de mais de 2 milhões de portugueses das zonas rurais para as metrópoles do litoral. Esse maremoto demográfico obrigaria -- advertia o orador -- a rigoroso planeamento e execução de políticas públicas, que garantissem o alimento, a qualidade de vida, e a preservação do ambiente, sob pena de se cair numa situação de caos urbanístico e entropia de recursos.

Portugal não foi pioneiro da PPA...

- Japão produziu a sua “Lei de Bases” em 1967
- Suécia, em 1969.
- EUA, *The National Environmental Policy Act*, em 1969.
- A LBA portuguesa de 1987 apresenta uma visão ampla e complexa (por comparação com o NEPA).
- Revista em 2014: Lei 19/2014, de 14 de Abril.

...Mas acusa positivamente os indicadores institucionais da PPA

Capacidade político-institucional

- reconhecimento constitucional (C) 1976
- dimensão legislativa (L) 1987
- integração no elenco governativo (G) 1974, 1978, 1990...
- monitorização regular (M) Liv. Branco 1991 (Prof. Filipe Duarte Santos). SEARN, REA, 1989
- interface com sociedade civil (SC), 1987, INAMB> IPAMB. O seu Conselho Directivo.

Portugal: Um primado e três idades

- **>O primado dos impulsos externos**
- **>1971: A era fundacional (convite do SG das NNUU em 1969).**Portaria 316/71 de 19 06 1971.
- **>1986: A hora da integração europeia: a) leis; b) recursos; c) instituições. Fusão com políticas europeias**
- **>2001: Entropia e recuo com várias “falsas partidas”: 2002, 2004, 2007-2009...**

Para uma teoria cíclica da política internacional de ambiente

- **1962-1973: 1º período crescente**
- **1974-1982: 1º período declinante**
- **1983-1997: 2º período crescente**
- **1998 até 2007: 2º período declinante**
- **2007-2009....Uma falsa partida????**

Em busca de um modelo estratégico

- PNPA (1995)
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS e PIENDS).
- Uma sucessão de «falsas partidas»?
 - a) Início de 2002.
 - b) Janeiro-Junho 2004.
 - c) ENDS 2007-2015 (o último relatório de progresso analisado pelo CNADS data de 2009).
 - d) Compromisso para o Crescimento Verde (2014).

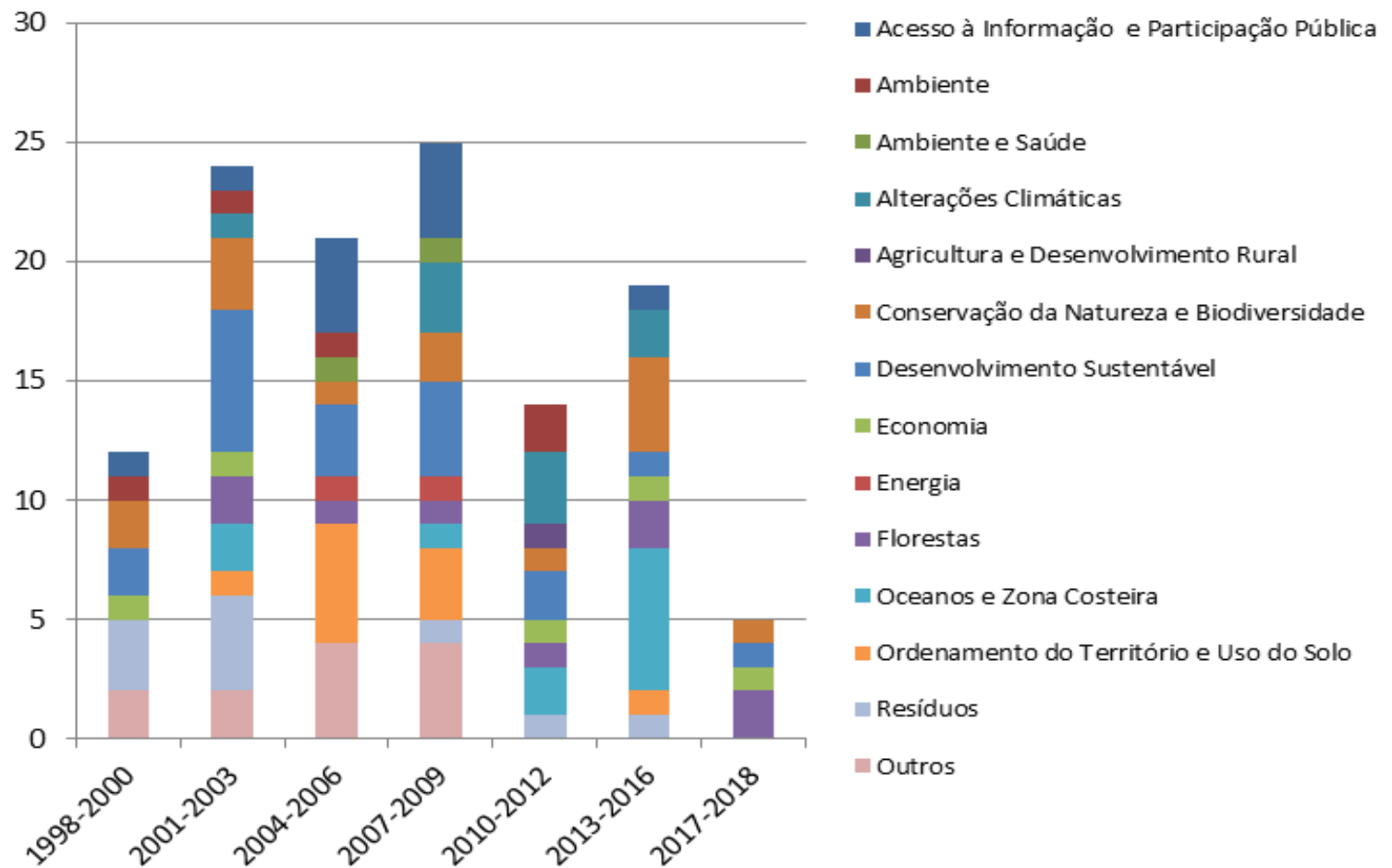
A difícil estabilização institucional...

- 1971: Comissão Nacional de Ambiente.
- 1974-75: Ministério do Equipamento Social e do Ambiente.
- 1978-1985: Ministério da Qualidade de Vida.
- 1990-1995: Ministério do Ambiente e Recursos Naturais.
- 1995: Ministério do Ambiente.
- 1999: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (MAOT).
- 2002: Ministério das Cidades do Ordenamento do Território e do Ambiente (MCOTA).

...e orçamental das PPA e de DS

- 2005: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional (MAOTDR).
- 2009: Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território (MAOT).
- 2011: Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (MAMAOT).
- 2013: Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE).
- 2015: Ministério do Ambiente (MA).

CNADS: 20 Anos de trabalho persistente



130 documentos, abrangendo uma larga diversidade de de temáticas

- Acesso à informação e participação pública.
- Ambiente e Saúde.
- Conservação da Natureza e Biodiversidade
- Alterações Climáticas.
- Agricultura, Solos e Política Florestal.
- Oceanos e Zonas Costeiras.
- Economia, Energia, Ordenamento do Território, Resíduos, entre outros.

Um estilo de consenso construído

- Inspirado pelo talento e estilo de trabalho diplomático e sensibilidade humana do Prof. Dr. Mário Ruivo, bem como pelo espírito de independência e responsabilidade do próprio estatuto do CNADS, os debates são profundos e o pluralismo nunca impediu consensos.
- A resiliência interna do CNADS reflecte-se também no seu notável desempenho internacional, e particular na rede de Conselhos EEAC.

Balanço crítico da PPA...

- Impulso externo dominante, e frágil potencial endógeno das políticas públicas.
- Insegurança no rumo político de fundo, bem caracterizada nas sucessivas refundações da nomenclatura e competências do Ministério do Ambiente.
- Fragilidade administrativa das instituições, com escasso nível de desempenho.
- Défice na implementação jurídica, numa acentuação particular das dificuldades do sistema de justiça nacional.

...e Tarefas futuras

- Escassa memória estratégica, que conduz a redundâncias e desperdício de recursos e energias.
- Difícil integração do ambiente noutras políticas públicas.
- Ruído no funcionamento institucional, nomeadamente, na articulação entre regiões, e numa ausência de coordenação com as autonomias.
- Débil capacidade de influência nas sedes europeias onde se preparam tecnicamente as leis e se definem as linhas de orientação comuns aos Estados-Membros da União.

Um lema do CNADS

“ A nossa missão [a actividade do CNADS, traduzida em documentos e outras iniciativas] implica nunca desistirmos de lançarmos ideias e propostas, como jangadas capazes de flutuarem rumo ao futuro”

Professor Mário Ruivo, primeiro Presidente do CNADS (evocação de um pensamento muito repetido no decurso das reuniões plenárias).